

Genericidade, metáfora e descrição lexical: um estudo do provérbio *não há rosa sem espinho**

Marion Carel**
Patricia Schulz**



- Pela terceira vez, eu te pergunto em que consiste teu tema de francês.

- É uma explicação, diz Lucien. É preciso explicar o provérbio: "De nada vale correr, é preciso partir a tempo".

[...] Considerando de um lado o provérbio, de outro, o embaraço de seu filho, [M. Jacotin] pensou poder se mostrar generoso com pouco esforço e disse com bondade:

- Vejo que se eu não ponho a mão na massa, estaremos ainda aqui às quatro horas da manhã. Vamos, ao trabalho! Dizemos, pois: "De nada vale correr, é preciso partir a tempo". Vejamos. De nada vale correr...

Há pouco, o assunto desse tema de francês lhe tinha parecido quase ridículo, tanto ele era fácil. Agora que ele tinha assumido a responsabilidade, ele o via com outros olhos. Com a cara preocupada, ele releu várias vezes o provérbio e murmurou:

- É um provérbio.

- Sim, aprovou Lucien, que esperava a continuação com segurança renovada.

Tanta confiança pacífica perturbou o coração de M. Jacotin. A idéia de que seu prestígio de pai estava em jogo tornou-o nervoso.

- Ao dar esse tema a vocês, perguntou ele, o professor não disse nada?

- Ele nos disse: sobretudo, evitem de resumir A lebre e a tartaruga. Cabe a vocês encontrar um exemplo. Foi isso que ele disse.

* Tradução de Leci Borges Barbisan.
Um primeiro trabalho sobre o assunto foi publicado em *Langage et Société*, n. 102, p. 33-70.

** Celith - EHESS.

- É, é verdade, disse o pai. A lebre e a tartaruga é um bom exemplo. Eu não tinha pensado nisso.

- Sim, mas isso não pode.

- Não pode, é claro, não pode. Mas então, se não pode...

O rosto um pouco congestionado, M. Jacotin procurou uma idéia ou ao menos uma frase que fosse um ponto de partida. Sua imaginação estava arredia. Ele se pôs a considerar o provérbio com um sentimento de medo e de rancor.

Introdução

De um ponto de vista global, admite-se freqüentemente que os provérbios, tomados em seu conjunto, constituem um gênero discursivo. Certo número de semanticista tem procurado então, nestes últimos quinze anos, caracterizações semântico-lingüísticas desse gênero discursivo e um consenso parece ter-se formado em torno da idéia de que os provérbios teriam um conteúdo genérico e implicativo. Isso faria parte da própria definição de provérbio - e permitiria, por exemplo, explicar por que certas construções, digamos, *meu gato está em cima do capacho*, nunca se tornarão provérbios.

Ora, parece-nos, foi o que tentamos mostrar em outro artigo (Carel/Schulz, 2002), que certas formas proverbiais não podem ser entendidas como sendo ao mesmo tempo implicativas e genéricas. Um provérbio como *o dinheiro não traz felicidade* nos conduziu, por exemplo, a introduzir, ao lado dos tradicionais genéricos implicativos, genéricos opositivos. Mas a descrição deve complicar-se mais com uma forma conhecida como "não literal" (ou metafórica) do tipo *não há rosa sem espinho*. Tentaremos mostrar que não se trata mais, quanto a esse provérbio, de uma estrutura simples ligando diretamente os dois termos da fórmula, a saber, *rosa* e *espinho*, mas trata-se sim de uma estrutura complexa, organizando duas argumentações e isso de modo a ser precisado, enfim, elaborar o sentido do próprio termo *rosa*.

Primeiramente, algumas precisões terminológicas a respeito da implicatividade e da genericidade serão necessárias. Distinguiremos principalmente uma "implicação forte" de uma "implicação fraca". A descrição dos provérbios por meio desses conceitos se fundamenta, para nós, numa abordagem semântica de tipo referencialista. Se essa semântica referencialista tem algum sucesso, é preciso admitir, ela nos parece não conseguir descrever o provérbio das rosas. Para mostrar isso, vamos colocar, num segundo momento, as dificuldades que se encontram relativamente a certos

provérbios, quando se quer descrevê-los pela genericidade e pela implicatividade. Essas dificuldades podem, entretanto, ser superadas, introduzindo-se ao lado da implicação forte, uma noção de *oposição forte*. O provérbio das rosas nos permitirá, então, ir ainda mais longe, porque nos parece impossível encontrar um conteúdo genérico, até mesmo alargando as descrições habituais. Mostrar isso constituirá nossa terceira etapa. Enfim, numa última etapa, vamos propor nossa descrição do provérbio *não há rosa sem espinho* servindo-nos para isso da teoria dos blocos semânticos. Aí aparecerá nossa razão principal de nos interessarmos pelos provérbios: ela se deve ao fato de que cada provérbio é em si mesmo um pequeno discurso, e merece, por isso, um estudo particular. Mais precisamente, a própria significação lexical das palavras nos parece ligada a esse tipo de "pequeno discurso". Defenderemos a idéia de que o sentido das palavras (aqui o sentido da palavra *rosa*) se constrói no próprio discurso, para se cristalizar a seguir no léxico. Nossos discursos evocam outros discursos e sua observação deveria, portanto, fornecer a chave dos fatos de lexicalização.

1. Implicatividade e genericidade

1.1 *Genericidade e referencialismo: os indivíduos e os universais*

A hipótese de uma genericidade implicativa dos provérbios provém de fato de uma semântica referencialista segundo a qual o discurso tem duas funções: permite atribuir propriedades aos indivíduos do mundo e é a ocasião de desenvolver raciocínios. As palavras têm aí uma significação referencialista, no sentido em que permitiriam a descoberta do "indivíduo" (objeto ou situação) de que se trata. Qualquer outro emprego, que não tenha essa função, é considerado "desviante". Os trabalhos de Riegel (1987) e Kleiber (1989a) que discutiremos nas seções 2 e 3 se inscrevem nesse contexto. Vamos afastar-nos disso na seção 4, quando proporemos nossa própria descrição.

Essa semântica referencialista fundamenta-se inicialmente na oposição clássica de uma ordem dos Indivíduos e de uma ordem dos Universais. Lembre-se a passagem de Aristóteles (*De l'interprétation*: 7):

Já que há coisas universais e coisas singulares (chamo universal aquilo cuja natureza é de ser afirmado por vários sujeitos, e singular o que não pode sê-lo).

Os Indivíduos são precisamente esses seres singulares, sem relação uns com os outros, separados uns dos outros: pensa-se geralmente em Sócrates, Platão, este livro, Notre-Dame de Paris. Ninguém parece ter-lhes recusado qualquer forma de existência, ao contrário dos Universais, esses seres que, tendo uma unidade intrínseca, seriam, entretanto, inerentes a vários Indivíduos: tratar-se-ia, por exemplo, do Homem, aceitando-se fundamentar a igual verdade de *Sócrates é homem* e *Platão é homem* sobre uma mesma participação numa mesma natureza, o Homem. Teve-se tendência a situar os indivíduos em nosso mundo sublunar (eles seriam assim ancorados no Tempo, ou ainda eles teriam um lugar) e em deslocar os Universais num grande Vazio distante, onde só nosso intelecto poderia ir apreendê-los, no lugar exato onde Vercingetorix já, quando ele pensava, ia apreendê-los. Mas trata-se de uma hipótese suplementar que não nos interessará aqui.

Imaginemos, portanto, que a língua tenha a ver com esses seres, essas "coisas". Fora de uso, os termos comuns (substantivos comuns, adjetivos, verbos, não os distinguimos) significariam, e um Universal, e os Indivíduos que caem sob esse Universal: *homem* significaria o Universal Homem, e os diversos homens Individuais. Em compensação, empregados em certos enunciados, os termos comuns significariam, por exemplo, unicamente Universais. É o caso de *o tigre está em vias de extinção*, no qual *tigre* significa somente o Universal Tigre: é esse Universal que está em vias de extinção – e não um certo tigre individual. Fala-se de enunciado genérico. Em outros enunciados, ao contrário, seus termos comuns significarão somente Indivíduos: é o caso de *os tigres fizeram, desta vez, seu número antes dos elefantes*, no qual *tigre* significa tigres individuais. Fala-se de enunciado específico.¹

Essa abordagem nos parece ser a grosso modo,² a de G. Kleiber. Assim, quando ele afirma que os provérbios referem-se a si-

¹ Haveria, pois, certa ambivalência dos nomes comuns já que o Universal Tigre seria um referente possível do grupo nominal *o tigre* e pertenceria, portanto, à extensão de *tigre*, do mesmo modo que diversos tigres Individuais – que têm, no entanto, cada um uma natureza fundamentalmente diferente daquela do Universal Tigre. Veja-se, sobre esse assunto, A. Berrendonner (2002).

² "a grosso modo" somente. G. Kleiber (1989b), sabe-se, distingue o significado de *tigre* no enunciado genérico *o tigre é um animal* do significado de *tigre* no enunciado genérico *os tigres são animais*. Em cada vez, esses significados são o que chamamos Universais, isto é, seres sob os quais se classificam os diversos tigres Individuais. Mas trata-se de Universais distintos: *o tigre*, como enunciado genérico, significa a massa dos tigres; enquanto *os tigres*, em enunciado genérico sempre, significa o conjunto de tigres. Enfim, a própria expressão predicativa, *ser um tigre*, significaria talvez um terceiro Universal (Kleiber 1989b, p. 139), a propriedade de ser um tigre.

tuações genéricas, parece-nos afirmar que os provérbios dizem respeito, diretamente, a Universais. Precisemos ainda esse ponto. Na medida em que Universais e Indivíduos são ligados, todo enunciado, seja ele genérico ou específico, concerne finalmente aos Universais. O enunciado específico *os tigres fizeram, desta vez, seu número antes dos elefantes* diz respeito ao Universal Tigre já que diz dele que alguns de seus representantes fizeram seu número antes dos elefantes. Mas é indiretamente. Os provérbios, por outro lado, falariam diretamente dos Universais, sem passar pelos Indivíduos que os compõem. Eles constituiriam "realidades estruturantes e não asserções sobre fatos particulares" (Kleiber, 1989a, edição 1994, p. 217).

1.2 Implicação forte e implicação fraca

Passemos agora à noção de implicação. Destinada principalmente a representar o emprego natural de *se*, seu estudo deu lugar a numerosos debates, particularmente centrados na questão do domínio no qual ela devia ser definida. Devemos inscrever-nos naquilo que Leibnitz chamou a "via dos exemplos", aquela que Occam tomou de empréstimo e bem mais tarde Russell, e considerar que a implicação relaciona, exclusivamente, fatos particulares, dos Indivíduos? Ou, inscrevendo-nos desta vez na "via das idéias", a de Aristóteles depois de Port-Royal, ou do próprio Leibnitz, devemos considerar que a implicação liga Universais? Essas duas vias serão de fato necessárias a nosso estudo, como o serão os dois domínios dos Indivíduos e dos Universais. E é por isso que desdobraremos essa noção de implicação, no que chamaremos de *implicação fraca* e de *implicação forte*.

Um enunciado estabelece uma implicação fraca do termo comum S para o termo comum T, quando seu locutor se contenta em constatar que os Indivíduos significados por S são significados por T. Assim, sob sua interpretação usual, o enunciado *quando se dirige um carro na Inglaterra, anda-se pela esquerda* estabelece uma implicação fraca entre *dirigir um carro* e *andar pela esquerda*. Seu locutor observa uma coincidência: os diversos Indivíduos significados por *conduzir um carro na Inglaterra* são igualmente significados por *andar pela esquerda*. O locutor afirma que *cada* indivíduo significado por *dirigir um carro na Inglaterra*, sem exceção, é também significa-

Consideramos semelhantes aqui todos esses Universais. Não por medida mesquinha de economia. Mas para centrar nosso tema na oposição Universal vs. Indivíduos.

do por *andar pela esquerda*? Talvez não. Não se exigirá das implicações fracas estabelecer inclusões perfeitas.³

Um enunciado estabelece uma implicação forte do termo comum S para o termo comum T, quando seu locutor "liga" desta vez o *Universal* significado por S ao *Universal* significado por T. Mais precisamente, que "elo" o locutor estabelece entre esses *Universais*? A tradição considerou pelo menos dois. Um elo de causa a efeito, de um lado. É o elo que o enunciado *comer doces provoca cáries* estabeleceria. Seu locutor não se contenta com observar que acontece que as pessoas que comeram doces tenham cáries. Ele faz da primeira propriedade a causa da segunda e, nesse primeiro sentido, estabelece uma implicação forte entre *comer doces* e *ter cáries*. Mas fala-se também de implicação forte num segundo caso. Quando o enunciado estabelece um elo de espécie a gênero. De fato, *o homem é um animal* não afirma que nossa humanidade é causa de nossa animalidade, mas que ela é uma *forma de animalidade*: ser homem é uma maneira de ser animal. Em outros termos, o *Universal Homem* é uma determinação do *Universal Animal* – cuja outra determinação seria o *Animal Irracional*, significado pelo substantivo *bicho*. O *Homem* é uma realização do *Animal*.

Essa oposição entre implicação fraca e implicação forte não recobre, ter-se-á notado, uma oposição entre propriedades enciclopédicas e propriedades definitórias. A propriedade *faz ter cáries* é, segundo o locutor de *comer doces faz ter cáries*, fortemente implicada por *comer doces* – ora, pode-se admitir que ela não faz parte da definição de *comer doces* e seria antes uma propriedade enciclopédica dela. Uma implicação forte não decorre, portanto, necessariamente da estruturação do léxico. Pode-se até mesmo ir mais longe nesse triste exemplo de dentista e dar a responsabilidade de implicação forte, não mais à doxa, mas só ao locutor. Seria assim em *o homem é um mosquito*: pela própria escolha de um presente atemporal, ou do artigo *o*, no grupo sujeito, o locutor diz que, para ele, o *Homem* é uma espécie de um gênero *Mosquito*. É ele que, por seu discurso, constrói essa implicação forte. Não se trata nem de uma propriedade definitória, nem mesmo de um saber enciclopédico.

³ Nossa própria abordagem, lembremos, não se inscreve na corrente teórica de que se trata e segundo a qual os termos plenos do léxico fariam imediatamente referência a *Indivíduos*. É claro, nossos enunciados são dirigidos para o mundo mas essa ancoragem não nos parece se fazer termo após termo. Em particular, não pensamos que a predicação seja uma relação entre *Indivíduos* – nem entre *Indivíduos* e *Universais*. Não assumimos, portanto, essa noção de inclusão "imperfeita". Por que serão contados os *Indivíduos* em questão, deverão eles ser estritamente majoritários, que fazer quando a pluralidade é infinita? Concederemos simplesmente aqui que respostas existem, ou existirão, a fim de tornar possível a discussão.

Implicação fraca e implicação forte sendo assim definidas, há uma relação entre essas duas noções. Assumir uma implicação forte, de um ou de outro tipo, leva a assumir uma implicação fraca. O locutor de *o homem é um animal* assume que os *homens Individuais* são significados por *animal*; o locutor de *comer doces faz ter cáries* assume que aqueles que comem doces são igualmente significados por *ter cáries*. Notemos, entretanto, que essa implicação fraca não é necessariamente uma inclusão perfeita, até mesmo nesse caso preciso em que ela é deduzida de uma implicação forte. O locutor de *comer doces faz ter cáries* não assume necessariamente que *cada* pessoa que come doces tem (ou terá) cáries. Ele só prevê, talvez, *maus dentes* à maior parte das pessoas que comem doces.

Pode-se inversamente deduzir uma implicação forte a partir de uma implicação fraca? Responderemos que não. Contrariamente ao que às vezes esperaram os que defendem uma lógica circunscrita à ordem dos *Indivíduos*, a presença de uma implicação fraca não garante nenhum dos dois tipos de implicação forte, nem mesmo quando a implicação fraca inicial estabelece uma inclusão perfeita. Consideremos *os poemas de Lamartine têm títulos que começam pelas letras "l", "a", "s" ou "o"*. Seu locutor não pretende que o fato de ser um poema de Lamartine tenha como consequência começar com determinada letra; ele também não faz dos poemas de Lamartine uma espécie natural cujo gênero seria os textos cujo título começa por certa letra. Ele não estabelece nenhuma implicação forte, nem mesmo se ele assume, na ordem dos *Indivíduos*, uma inclusão perfeita. Seria possível alargar sua afirmação aos poemas do século XIX ou aos poemas franceses: a implicação continuaria fraca. Pode-se também retomar o exemplo de Aristóteles, *os homens são capazes de rir*. Aristóteles assume que cada homem é significado por *capaz de rir*, mas essa capacidade de rir não está, segundo ele, inscrita na definição do homem. O riso é apenas o próprio do homem: "ele pode intercambiar com ele em posição de predicado de um sujeito concreto (Topiques, I,5:7), mas não lhe é essencial. Nossa oposição entre implicação fraca e implicação forte é um reflexo dessa oposição aristotélica entre próprio e definição. Há uma implicação fraca perfeita entre *homem* e *capaz de rir*, mas não há implicação forte entre o *Universal Homem* e o *Universal Capaz-de-Rir*.

Uma última observação, para pôr enfim em relação a força da implicação e o tipo de enunciado que o exprime. O enunciado de uma implicação fraca é específico. É, por exemplo, específico o enunciado precedente, *os poemas de Lamartine têm títulos que começam pelas letras "l", "a", "s" ou "o"*, já que diz respeito a um número restrito de *Indivíduos*, os poemas de Lamartine, a cada um dos

quais é atribuída uma propriedade. Depois do exame Individual, pode-se imaginar. E acontece o mesmo com a interpretação, fiel ao pensamento de Aristóteles, de *os homens capazes de rir*. Certamente, atribuindo então a *cada* homem a capacidade de rir, esse último enunciado diz respeito ao número de Indivíduos ausentes para o locutor. Não é depois de um exame de cada homem que ele foi afirmado. Mas o Universal Homem nem por isso é concernido. O enunciado permanece puramente anedótico. Que importa seu fundamento, a razão pela qual se diz que cada homem é significado por *capaz de rir*. O próprio enunciado diz respeito somente aos homens, os Indivíduos que os homens são, e é portanto específico, como todo enunciado de uma implicação fraca. Ligam-se Indivíduos por meio de enunciados relativos aos Indivíduos. E inversamente, ligam-se Universais por meio de enunciados relativos aos Universais: o enunciado de uma implicação forte é genérico, como são genéricos *o homem é um animal* e *comer doces faz ter cáries*.

2 Implicação forte e discurso proverbial

Voltemos agora à hipótese da genericidade implicativa dos provérbios. Um consenso foi formado, já o dissemos, em torno dessa idéia. Assim, Kleiber (1989a) declara que os provérbios designam, todos, situações gerais e acrescenta – ou precisa 2000 – que eles designam, todos, implicações.⁴ Ora, o que afirmamos é que para ver em cada provérbio uma implicação, será necessário contentar-se, para alguns, com certa implicação fraca. E, em consequência, admitir, ao contrário do consenso atual, que certos provérbios são enunciados específicos, isto é, dizem respeito a Indivíduos (e não a Universais).

Para evitar esse problema, há, a nosso ver, duas soluções. Uma primeira diz respeito à hipótese de que certos provérbios indicam não uma implicação forte, mas uma *oposição forte*. Esboçaremos essa hipótese só brevemente aqui. Ela foi objeto de um desenvolvimento detalhado em outro lugar (Carel/Schulz, 2002). Uma segunda solução nos parece ser proposta implicitamente⁵ por

Kleiber. Ela consiste, para provérbios de “natureza não literal”, em procurar uma interpretação mais geral e mais abstrata.

2.1 Uma genericidade opositiva que se junta a uma genericidade implicativa

Consideremos o *dinheiro não traz felicidade*, que G. Kleiber (2000, p. 52) coloca em sua lista de provérbios e parafraseia por *se um homem é rico, ele não é forçosamente feliz*. Esse último enunciado não estabelece uma implicação forte. Com certeza, certos empregos gerais de *se* estabelecem um elo de implicação forte. É por exemplo o caso de *se* de:

Se uma criança tosse, a creche a recusa. Por exemplo, Henriette tossiu um dia desses, conseqüentemente a creche a recusou.

Mas essa exemplificação por *em consequência* não é precisamente possível a partir de nosso exemplo:

**Se um homem é rico, ele não é forçosamente feliz. Por exemplo, Pedro é rico, conseqüentemente não é (forçosamente) feliz.*

Esse discurso não estabelece, portanto, uma implicação forte entre *ser rico* e *não ser (forçosamente) feliz*. O operador principal de sua paráfrase não é *se*, mas a negação. *O dinheiro não traz felicidade* é a negação da implicação forte que liga *ser rico* e *ser feliz*. Encontramos, nesse ponto preciso, a análise que fazia dessa fórmula J.-C. Anscombe (1989, p. 35), quando trabalhava no âmbito da “teoria da argumentação na língua”. Anscombe descreve, de fato, essa fórmula como uma recusa de seu locutor de concluir de *ele é rico* a *portanto ele é feliz*. Não que esse locutor recusaria, propriamente falando, a garantia desse encadeamento – ou ainda o conteúdo de *quanto mais se é rico, mas se é feliz*. Simplesmente, ele recusaria, nesse caso, aplicá-la.

Mas, conseqüentemente, a única implicação eventualmente contida nesse provérbio seria uma implicação fraca. Ou melhor, é comunicado que os Indivíduos significados por *rico* se encontram significados por *não ser feliz*. De modo mais verossímil, tratar-se-ia de uma implicação imperfeita: seu locutor afirmaria somente que alguns *ricos* – uma minoria dentre eles – são igualmente significados por *não serem felizes*. E o provérbio seria pois específico, anedótico”. Não seria genérico.

Para responder a isso, propusemos em outro lugar (2002) dizer que os Universais não são só relacionáveis por implicações fortes, mas também por *oposições fortes*. É tal oposição forte que nos

⁴ Seria, por exemplo, o caso para *quem dorme junta*. Esse provérbio não diz que dormir tem por efeito encher o estômago. Ele não estabelecerá implicação forte do primeiro tipo. Mas ele pode ser compreendido como estabelecendo uma implicação forte do segundo tipo. Do mesmo modo que *ser homem é um modo de ser animal*, do mesmo modo dormir seria, segundo o provérbio, um modo de jantar – o outro modo consistindo em colocar alimento na boca.

⁵ Dizemos “implicitamente”, porque Kleiber não coloca o problema do mesmo modo.

parece exprimir *se um homem é rico, não é feliz* que, do mesmo modo que um enunciado como *se uma criança tosse, a creche a recusa* diria respeito então à ordem dos Universais. Só que ele não colocaria a mesma relação, o que se mostra a nossos olhos pelo fato de que a exemplificação, impossível com *conseqüentemente*, se faz aqui com *no entanto*:

Se um homem é rico, não é forçosamente feliz. Por exemplo, Pierre é rico, no entanto não é feliz.

O discurso em *no entanto* não é aqui a descrição de uma exceção que toleraria uma implicação forte. Ao contrário, introduzido por *por exemplo*, ele é a descrição de um bom caso: ele ilustra uma oposição forte.

Outro exemplo: o provérbio *o hábito não faz o monge*, que se pode parafrasear por *as aparências não revelam sempre o ser* ou *a aparência não faz o ser*. Esse enunciado não afirma nenhuma implicação forte. Ou melhor, ele afirma uma implicação fraca: a saber a idéia de que certo número de comportamentos que parecem *manifestar* piedade, atenção, gentileza são também significados por *não ser* piedoso, atento ou gentil. Querendo-se compreender *o hábito não faz o monge* como implicativo, esse provérbio seria por sua vez específico. Pode-se, entretanto, salvar de novo a genericidade, contanto que se veja um elo de oposição forte entre *Aparência* e *Ser*: o que manifesta a possibilidade de ilustrar o provérbio por *ele tem o hábito de um monge, no entanto ele não é um monge*, ou ainda, *ele é todo sorrisos, no entanto, ele é só maldade*.

2.2 Um sentido proverbial mais "abstrato"

Comparemos os dois provérbios: *a união faz a força* e *é forjando o ferro que alguém se torna ferreiro*.

O primeiro pode ser entendido como estabelecendo uma implicação forte entre "união" e "força": seu locutor não se contenta com constatar que as coletividades unidas são fortes, mas vê na sua união a razão de sua força. No entanto não é esse o caso em *é forjando o ferro que alguém se torna ferreiro*. Esse provérbio não estabelece nenhuma implicação forte entre "forjar" e "tornar-se ferreiro" – o que põe de novo em perigo a hipótese de uma genericidade implicativa de todos os provérbios.

Por que não há implicação forte? O provérbio do ferreiro não defende que forjar torna ferreiro? Sim, é claro, mas isso porque forjar é precisamente a atividade do ferreiro. Assim, o provérbio do ferreiro não introduz, de um lado, o Universal Forjar, para só

depois, fazer ver a seu interlocutor que esse Universal implica, fortemente, o Universal Ser ferreiro. O que o provérbio liga são os Universais Exercer e Ser especialista, e isso através do exemplo do ferreiro. Dito de outro modo, a simplicidade da frase forjar torna ferreiro é enganadora. Seu conteúdo não se reduziria a uma implicação forte (ligando forjar e tornar-se ferreiro): ele conteria ao mesmo tempo uma implicação forte (exercer torna especialista) e um exemplo dessa implicação forte (o caso do ferreiro).

Vê-se ao mesmo tempo como de novo salvar a hipótese de uma genericidade implicativa dos provérbios. Basta admitir que eles não são todos literais. Às vezes – é o caso de *a união faz a força* – a implicação forte liga dois termos do provérbio. Mas às vezes o caso de é forjando que alguém se torna ferreiro, a implicação forte se estabelece entre dois Universais mais gerais, talvez mais abstratos, que o que prevê a significação dos termos do provérbio. Poder-se-ia quase dizer que a interpretação é "metafórica".

Em conclusão, se a hipótese de uma genericidade implicativa de todos os provérbios não nos parece poder ser mantida, por outro lado a própria genericidade poderia, apesar de tudo, ser salva em certo número de casos, introduzindo uma relação de oposição forte ou indo para uma maior generalidade na interpretação dos termos do provérbio. Num certo número de casos, dissemos. Mas não em todos. O provérbio "não-literal" *não há rosa sem espinho* é o que vamos agora ver, não parece de fato relativo a nenhum Universal.

3 A genericidade em certas construções "não-literais"

3.1 Como determinar o caráter genérico (ou não) de um provérbio "metafórico"?

A questão da genericidade não se coloca do mesmo modo conforme o provérbio seja, numa abordagem referencialista, qualificado de "literal" ou de "metafórico": convenhamos assim falar de provérbio literal – como em *a união faz a força* ou *o dinheiro não traz felicidade* – quando o sentido do provérbio (isto, é, a "frase proverbializada") é o da frase subjacente. Para aqueles, na medida em que se admite a literalidade, a questão da genericidade parece bastante clara: basta constatar a genericidade da frase. Assim, *a união faz a força*, contrariamente, por exemplo, a *a união durou pouco*, não diz respeito a uma união em particular. O termo *união* designa aí, portanto, o Universal União. Essa frase é genérica. E, conseqüentemente sua proverbialização o é também, já que o provérbio, nós

o admitimos, é literal. Certamente, dificuldades podem sobrevir quanto à natureza daquilo que é, a seguir, dito do Universal introduzido (ver acima). *A união faz a força* diz da União que ela implica fortemente a Força; já *o dinheiro não traz felicidade* não diz da Riqueza que ela implica fortemente a Não-Felicidade. Dito de outro modo, não há necessariamente implicação. Mas parece claro que há genericidade, que esses provérbios têm um conteúdo genérico.

Mas existe outra classe de provérbios ditos “não-literais”, ou “metafóricos”, para os quais, como nota I. Tamba (2000a, p. 115), a genericidade só pode ser provada de modo indireto. De fato, admitindo-se que o sentido do provérbio *gato escaldado tem medo de água fria* não é o dessa mesma frase, admitindo-se que esse sentido não tem finalmente materialidade lingüística no provérbio, como mostrar que o provérbio diz respeito a tal Universal? Como até mesmo mostrar que ele diz respeito a um Universal? G. Kleiber (1989a) responde: esses provérbios dizem respeito a Universais porque eles têm as mesmas funções discursivas que as frases genéricas. Assim, eles são “explorados discursivamente para fins deônticos”, ou ainda eles têm “virtudes inferenciais [...] na origem de seu emprego discursivo como argumento” (Kleiber 1989a, edição de 1994, p. 218).

Mas pode-se, efetivamente, relacionar a função discursiva dos provérbios com uma natureza genérica de seu conteúdo? Essa questão foi muito precisamente estudada por C. Michaux (2000, § 2.2); para ele as propriedades discursivas dos provérbios são imputáveis, não tanto a sua genericidade quanto ao tipo de engajamento assertivo do locutor. Fazendo isso, C. Michaux não nega, entretanto, sua genericidade. Nós iremos mais longe, e afirmaremos que é até mesmo impossível atribuir um conteúdo genérico qualquer a certos provérbios. É esse caráter não genérico de *não há rosa sem espinho* que tentaremos agora fazer aparecer, dedicando a próxima etapa às hipóteses próprias à abordagem referencialista.

3.2 Um conteúdo genérico não encontrável

Uma questão de vocabulário inicialmente. Segundo I. Tamba (2000b, p. 42), qualificaremos como “sentido frástico” o sentido composicional da frase subjacente, fora do emprego proverbial, e de “sentido formular” o sentido do provérbio enquanto provérbio. Trata-se aí de uma distinção entre noções: introduzidas por duas definições diferentes, as noções, enquanto noções, são diferentes. Por outro lado, permanece intocada a questão de saber, provérbio após provérbio, se tal sentido formular é idêntico ou diferente do

sentido frástico correspondente, isto é, se o provérbio é ou não “literal”.

Segundo Kleiber, se há diferença entre sentido frástico e sentido formular, essa deve ser entendida como ausência total de relações: o sentido frástico seria calculado a partir da frase enquanto o sentido formular seria designado arbitrariamente por essa mesma frase. Tamba (2000b, p. 50) por outro lado sustenta que o sentido formular se assemelha ao sentido frástico – como o sentido metafórico se parece com o sentido literal: eles teriam em particular a mesma estrutura. S. Gomez-Jordana (2002), enfim, defende também a idéia de um sentido formular motivado, segundo ela, por delocutividade.

Essa diferença nocional entre sentido frástico e sentido formular nos será útil aqui para situar os dois debates que levanta a descrição de *não há rosa sem espinho*; no nível do sentido frástico, abre-se um primeiro debate relativo ao que são as significações lingüísticas de *rosa* e de *espinho*; no nível do sentido formular abre-se um segundo debate, o da genericidade. Em uma primeira etapa – admitindo uma abordagem referencialista do léxico – veremos que o sentido frástico do provérbio é genérico, e até mesmo genérico implicativo. Será necessário admitir, para isso, que as significações lingüísticas de *rosa* e de *espinho*, que intervêm no cálculo do sentido frástico são botânicas. Entretanto, segunda etapa, esse sentido frástico não basta para descrever os empregos do provérbio das rosas, os quais mobilizam antes noções de Agrado e de Desagrado que deveriam, portanto, aparecer no sentido formular. Ora, esse sentido formular não parece ser nem implicativo, nem opositivo, e, mais amplamente, parece que nenhuma proposição concorrente a um Universal possa dar conta.

3.3 Segundo a abordagem referencialista: o sentido frástico do provérbio das rosas é uma implicação forte

Imaginemos que a frase *não há rosa sem espinho* seja pronunciada, sem nenhuma referência ao provérbio, por um professor, quando de uma aula de botânica. Com essa frase, o professor afirmaria um elo implicativo entre *ser rosa* e *ter espinho*. Poder-se-ia até mesmo ver aí uma implicação forte, servindo para ligar o Universal Rosa e o Universal Espinho.

Uma precisão é, entretanto, necessária quanto ao tipo dessa implicação forte. Porque não poderia tratar-se de uma implicação forte do primeiro tipo. A frase *não há rosa sem espinho* não estabelece um elo de causa a efeito entre o Universal Rosa e o Universal

Espinho: ela só significa que ser rosa faz nascer espinhos. Ora, também não parece que se trate de uma implicação forte do segundo tipo: ela não faz da Rosa uma espécie de um gênero Espinhoso. De fato, o gênero da Rosa seria antes a Flor e *espinho*, ou melhor, *com espinhos*, se comportaria a respeito de *rosa* como *racional* a respeito de *homem* em *o homem é um animal racional*. O Homem não é um modo de ser Racional. O Homem é um modo de ser Animal e o Racional é essa maneira que o Homem tem de ser Animal.⁶ Seria o mesmo com a Rosa e com o Espinho. A frase *não há rosa sem espinho* afirmaria que ter espinho é o modo que a rosa tem de ser flor. O Espinho seria o que constitui a Rosa como espécie Flor. – Essa descrição, enfatizemos isso, pode parecer tanto mais plausível quanto ela corresponde plenamente a nossa intuição, enfim a nosso conhecimento da natureza, ou desse mundo que parece se refletir em nosso modo de apreender e de manejar a língua. Em nossa representação, as rosas são de fato “flores” que se definem por meio da característica “espinho”. – Conseqüentemente, o sentido frástico do provérbio seria algo como: *as rosas são com espinhos* (elas são flores com espinhos). Esse sentido frástico seria tanto implicativo quanto genérico.

3.4 O sentido formular do provérbio das rosas não é o sentido frástico referencialista

Dito isso, o conhecimento desse sentido frástico não basta para explicar o emprego que B faz do provérbio no diálogo 1:

- 1) A – *O novo trabalho de Pedro é bem pago, mas ele se aborrece um pouco.*
- 2) B – *Não há rosa sem espinho.*

De fato, é forçoso reconhecer que os enunciados de A não falam nem de rosa, nem de espinho. Haveria distância entre o sentido frástico do provérbio e seu contexto de utilização. O emprego feito por B do provérbio das rosas comunicaria alguma coisa a mais (ou alguma coisa outra) do que seu sentido frástico, alguma coisa como *não há prazer sem desprazer*. A questão é então a seguinte. Será que essa afirmação geral sobre o prazer é comunicada por um efeito metafórico *ocasional* ligado a esse emprego *particular* do

⁶ Ou ainda, plagiando a tradução que Libera e Segonds fazem de Porphyre (*Isagoge*, VIII, 5): o Animal seria predicado do Homem relativamente à questão “o que é?”, e o Racional, relativamente a “como é?”.

provérbio? Ou essa metáfora faz parte do próprio sentido do provérbio?

A primeira possibilidade significaria que o sentido formular do provérbio se identifica com seu sentido frástico: seria, fundamentalmente, botânico. Só no diálogo 1, por causa de sua aplicação a condições de trabalho, o provérbio tomaria um sentido “metafórico”. Seria dito que a situação de Pierre é como a das rosas em botânica, e a interpretação dessa comparação conduziria a ligar ao provérbio um sentido novo, “figurado”: *não há agrado sem desagrado*.

Mas tal situação encontra a dificuldade seguinte. Para poder falar no diálogo 1 de *emprego metafórico ocasional* do provérbio, é preciso admitir que existem também empregos não metafóricos do provérbio, isto é, aqui empregos que servem para descrever as flores. Ora, parece-nos que esse nunca é o caso. Até mesmo no diálogo seguinte, entre duas amigas. Um entregador toca a campainha. Trata-se de um buquê para a primeira das duas amigas, um presente de Gary Cooper. Ela abre:

- *Droga, me espetou!*
- *Não há rosa sem espinho.*

A segunda amiga parece do contra. Por quê? O emprego da frase seria perfeitamente inocente. Responderemos que ela é do contra porque precisamente o emprego do provérbio anuncia de novo momentos desagradáveis. Ele fala, não tanto do buquê, quanto do presente e comunica, como no diálogo 1, *não há agrado sem desagrado*: ele não se contentaria com falar de botânica. Falar-se-á de novo de metáfora ocasional? Não, porque isso conduziria de fato a qualificar como “ocasionalmente metafóricos” todos os empregos dos provérbios das rosas. Todos, finalmente, parecem comunicar *não há agrado sem desagrado*. Esse elemento de sentido deve ser incorporado ao próprio sentido do provérbio: ele pertence, até mesmo constitui seu sentido formular. O provérbio das rosas, como provérbio, não é uma pequena lição de Coisas.

O que é fundamental na continuação, porque a hipótese de genericidade vai, em conseqüência, ser concernida por essa metáfora.

3.5 O sentido formular do provérbio não é uma implicação forte

O sentido formular do provérbio, se é genérico, diria respeito, portanto, ao Universal Agrado e ao Universal Desagrado. Mas para dizer o quê? Como os relacionaria? É o que vamos agora

examinar começando por nos perguntar se pode tratar-se de uma implicação forte.

É claro, pode-se ver, nós o dissemos, uma implicação forte na frase subjacente ao provérbio, ligando o Universal Rosa ao Universal Espinho. Mas seria possível fazer o mesmo com o próprio sentido formular, que liga não *Rosa* e *Espinho*, mas *Coisa bela* e *Desagrado*. Ele significa, conseqüentemente, *Coisa bela, portanto Desagrado*?

Ou tratar-se-ia de um implicação do primeiro tipo, estabelecendo um elo de causa a efeito: o Belo, o Bom, provocaria desagrado? Tal crença é possível. É a que B empresta a Pierre no diálogo 2:

A - *Pierre deve estar feliz de ter esse trabalho.*

B - *Tu sabes, ele é terrivelmente supersticioso. Quando alguma coisa boa lhe acontece, ele pensa que isso vai gerar catástrofes. A poltrona de seu escritório novo vai se quebrar. Ele vai ficar paralisado...*

Mas notar-se-á que A não pode responder a não ser com ironia: *Sim, não há rosa sem espinho*. A superstição de Pierre, que tem um conteúdo causal, não pode ser resumida pelo provérbio enquanto provérbio.⁷ Seu sentido formular não é uma implicação forte do primeiro tipo entre o Bom e o Desagrado. Tratar-se-ia então de uma implicação forte do segundo tipo? O provérbio afirmaria que o Belo é um modo de ser desagradável? Ou antes de um implicação forte do terceiro tipo, ligando a espécie a sua diferença específica: o Desagradável seria o modo que o Belo tem de ser uma Qualidade. O sentido formular teria então a mesma estrutura que o sentido frástico botânico e se manteria assim a hipótese de Tamba (2000b, p. 50), segundo a qual o sentido formular, podendo ser diferente do sentido frástico, permanece "motivado" por este último – pelo fato de que lhe seria semelhante, estruturalmente.

Mas o provérbio é paradoxal a esse ponto? Significa *o belo é desagradável* no sentido de que o belo se definiria por seus desagradados? Significa *o belo, no que ele tem de belo, tem de desagradados*? Não *o belo tem além disso* (ou *a mais*) *desagradados*, o que significaria somente uma implicação fraca, em que os indivíduos que são belos poderiam ter, de outro ponto de vista (ou *a mais*), desagradados. Sob um interpretação implicativa forte, o provérbio das rosas deveria, portanto, ser parafraseado por *o belo enquanto belo tem desagradados*; ele diria que o próprio belo, porque é belo, tem desagradados. – Re-

colocamos nossa pergunta: o provérbio é verdadeiramente a tal ponto paradoxal?

Responderemos que não. O provérbio não afirma que o belo, ou o agradável, por suas próprias naturezas, têm desagradados. Ele diz somente que com o agradável vem sempre, *a mais*, o desagradável. Ele diz somente que um não existe sem o outro. O provérbio, enquanto provérbio, não estabelece implicação forte entre o Belo e o Desagrado.

O que não deixa de ter conseqüências lingüísticas. Porque o sentido formular desse provérbio, esse sentido que incorporaria uma "metaforização" da rosa em Belo e do espinho em Desprazer, não teria, pois, a mesma estrutura que seu eventual sentido botânico. Como então dizer, com I. Tamba., que a metáfora incorporada ao sentido formular é motivada?

3.6 O sentido formular do provérbio não é uma oposição forte

Retomemos nossa pergunta, isto é, admitamos que o sentido formular do provérbio seja genérico e perguntemos o que diz dos Universais Prazer e Desprazer. Acabamos de ver que ele não estabelece implicação forte. Um recurso permanece, entretanto, possível: é que ele exprime, como *o dinheiro não traz felicidade*, uma oposição forte. Esse recurso pode parecer tanto mais promissor quanto o provérbio parece conter termos contrários. De fato, retomemos o diálogo 1. Do mesmo modo que A, pelo seu emprego de *mas*, opõe *ser bem pago* e *aborrecer-se um pouco*, B opõe um Prazer do trabalho de Pierre a um Desprazer. Somente B não dá a mesma importância a esses dois ingredientes que A. Segundo A, o Desprazer triunfa. Como todo locutor de um *mas*, A varre, de fato, as conseqüências do segmento que precede seu *mas* em benefício das conseqüências do segmento que segue seu *mas*. Ele poderia continuar com *Pierre lamenta portanto um pouco por ter assumido esse trabalho*. Por outro lado, ele não poderia mais dizer *Pierre, portanto, está contente*. O Desagrado triunfa, discursivamente. Segundo B, ao contrário, o Desagrado não é decisivo e finalmente seu emprego do provérbio anula o *mas* de A: B diz que os desagradados da situação de Pierre não impedem que ela seja boa.

O que, no entanto, nós vamos ver é que, contrariamente ao provérbio do dinheiro, o provérbio das rosas não instaura uma oposição forte entre Agrado e Desagrado.

De fato, lembremos isso, *o dinheiro não traz felicidade* opõe fortemente o Universal Rico e o Universal Não-Feliz no sentido de

⁷ Ou, pelo menos, o emprego que nos interessa, o que realiza o diálogo 1, não pode resumir a superstição de Pierre.

que é parafraseável por *até mesmo os ricos podem não ser felizes*, pode ser ilustrado com *embora rico, Pierre não é feliz*.

Ora, não se dá o mesmo com *não há rosa sem espinho*. O provérbio das rosas não é parafraseável pelos mesmos conectores opositivos que o provérbio das mulheres meigas. O provérbio das rosas não diz *até mesmo o agradável é desagradável* (o que seria finalmente tão paradoxal quanto *o agradável é desagradável*); o provérbio das rosas não pode ser ilustrável com *embora agradável, o trabalho de Pierre é desagradável*. A oposição que mantém Agradável e Desagradável no interior do provérbio das rosas é diferente da oposição que mantém Riqueza e Não-Felicidade no interior do provérbio das mulheres meigas. Ela é muito mais direta: o Desagrado é a negação, não de uma conclusão que poderia ser tirada do Agrado, mas antes do próprio Agrado.

O provérbio das rosas não diz que o Desagrado é, estranhamente, constitutivo do Agrado.

3.7 O provérbio das rosas não é relativo a nenhum Universal

De modo mais geral, o provérbio das rosas não enuncia, para nós, nenhum elo direto entre o Agrado e o Desagrado. A resposta de B no diálogo 1 não significa que o Agrado tem a propriedade, normal, ou, ao contrário, inesperada, de ser Desagrado. Ela não diz respeito nem mesmo ao Agrado. Ela diz respeito à situação de Pierre. É ela, e não o próprio Agrado, que é finalmente vista como uma misto de Agrado e de Desagrado. Nenhuma “realidade estruturante” é primeiramente apresentada para ser *em seguida* refletida no caso de Pierre. Dito de outro modo, o provérbio das rosas não tem conteúdo genérico no sentido que demos a esse termo. Ele seria ele mesmo, é o que vamos enfim desenvolver, um simples predicado, utilizado, como todos os predicados, para qualificar a situação de Pierre.

4 Discurso proverbial e construção de um predicado

Mostraremos agora, a respeito desse mesmo exemplo estudado desta vez de modo positivo, que o provérbio pode ser o lugar de uma atividade de redefinição. Para isso, compararemos nosso provérbio com os grupos verbais *não ter a vida cor de rosa* e *ter a vida cor de rosa*, o primeiro sendo negação do segundo. Defenderemos a idéia de que, como essas últimas expressões, o provérbio é, apesar de sua forma sintática, um predicado. Seu sentido deve, a nosso ver, ser situado entre as duas; ele é um misto de suas significações.

Mais precisamente, o provérbio constitui uma redefinição de *ter a vida cor de rosa*, ou ainda um modo de dizer *ter a vida cor de rosa*. E empregá-lo consiste em atribuir esse predicado complexo à situação em questão.

Poderia ser surpreendente que falemos aqui da “significação lingüística” de expressões como *ter a vida cor de rosa* ou *não ter a vida cor de rosa*. Não deveríamos antes falar de seu sentido metafórico? Esse não é o nosso sentimento. Pensamos que a idéia de desprazer, ligada, por exemplo, à expressão *não ter a vida cor de rosa*, pertence à significação composicional ou ainda lingüística dessa expressão. Seguindo autores como P. Cadiot e F. Nemo (1997), pensamos que a semântica deve levar em conta todos os empregos de uma expressão, sem desqualificar nenhum, sem deixar o tratamento de nenhum para leis retóricas mais gerais, como o seria a metáfora. Assim, a palavra *rosa* cujo emprego para designar uma flor, ou uma cor, não prevalece, para nós, em seu emprego em *vida cor de rosa* ou nessa passagem de Corneille⁸ *Vai para a companhia desses delicados [...] se crês encontrar aí rosas sem espinhos, tu não encontrarás o que imaginas*. Indo no sentido de P. Schulz (2002), não haveria nem mesmo, estritamente falando, nunca lugar de falar de metáfora.

4.1 O provérbio das rosas: uma redefinição de *ter a vida cor de rosa*

Insistamos inicialmente no fato de que distinguimos o provérbio não afirmado de seus empregos. É o provérbio das rosas não afirmado que assimilamos a um simples predicado – falaremos de “predicado proverbial”. Seus empregos, entretanto, são enunciados, o predicado proverbial sendo então aplicado a um Indivíduo: é assim que a ocorrência do provérbio no diálogo 1 qualifica finalmente a situação de Pedro.

Mas qual é então esse predicado? E sobretudo, qual é seu sentido? Ele nos parece fazer parte de uma família de expressões que iria, da interpretação forte, patética, de *não ter absolutamente a vida cor de rosa*, até um idílico *ter a vida cor de rosa*. Não é *ver a vida cor de rosa*, o que seria totalmente outra coisa, mas esse verbo *ter a vida cor de rosa* que é negado em *não ter a vida cor de rosa*. Será colocado também nessa família de expressões o grupo verbal *estar numa situação espinhosa*: de fato, como *não ter absolutamente a vida cor de rosa*, ela está do lado do desagradável, mas um desagradado menos

⁸ Fornecido por Frantext. Agradecemos Leila Choueiri por suas pesquisas.

total. Será colocado aí ainda *não estar numa situação espinhosa* – que afirma, quanto a ela, uma certa forma de agrado, num grau bem menor, é claro, que o idílico *ter a vida cor de rosa*.

O predicado proverbial deveria estar situado entre *não ter absolutamente a vida cor de rosa* e *ter a vida cor de rosa*. Contrariamente a *estar numa situação espinhosa* ou *não estar numa situação espinhosa*, ele não é nem um simples enfraquecimento do desagrado, nem um simples enfraquecimento do agrado. É um misto de desagrado e de agrado. Haveria outra expressão que se poderia também situar nesse entremeio: alguma coisa como *as flores sem espinhos não têm nenhum perfume*. Perceber-se-á, entretanto, uma diferença. O provérbio diz que, quando se obtém o que se deseja, deve-se também suportar desagradados. Outra fórmula, *as flores sem espinhos não têm nenhum perfume* diz que quando se evitam desagradados, falha-se também nos prazeres.

Outra observação ainda, antes de passar a uma descrição mais técnica. O predicado proverbial, *não há rosas sem espinho*, não é simplesmente um novo predicado, cujo sentido seria construído graças à significação das palavras que ele agrupa e à estrutura linguística que as reúne. Ele é também uma redefinição: a de *ter a vida cor de rosa*. Encontramos nesse ponto L. Perrin (2000, p. 72) quando ele nota que muitos provérbios se opõem ao que ele chama “uma crença consensual” e que é, para nós, uma primeira definição do termo. Assim, o provérbio das rosas faz alusão a uma primeira definição de *ter a vida cor de rosa* sob a qual esse predicado seria então sinônimo de *rosas sem espinhos*. Depois ele o redefine, de modo a torná-lo finalmente sinônimo de *rosas com espinhos*. O provérbio é assim uma resposta à pergunta “qual é o sentido de *ter a vida cor de rosa*, e mais do que isso, de *rosa*?”

Não é absolutamente essa função que a abordagem referencialista até aqui discutida atribuía aos provérbios. Esta última, ao contrário, supõe dados, conhecidos, os significados dos termos comuns. Seria ponto pacífico que tal termo significa tal Universal. E os enunciados genéricos, particularmente os provérbios, teriam em seguida por função dar as propriedades desses Universais. Assim, para lembrá-lo, em *quem dorme janta*, em que *dormir* significaria o Universal Dormir e em que o provérbio responderia à pergunta “que propriedade tem o Universal Dormir?” É a posição segundo a qual nossos enunciados permitiriam fazer referência a um ser (graças, geralmente, às capacidades descritivas de seu sujeitos gramaticais), dando em seguida as propriedades desses seres (graças desta vez a seus grupos verbais).

Para nós, ao contrário, o provérbio *não há rosa sem espinho* é “genérico” pelo fato de que discute o sentido de *ter a vida cor de rosa*. Ele não o supõe conhecido. Ao contrário, ele responde à pergunta “que sentido dar a *ter a vida cor de rosa*?” Essa expressão tem, é claro, já uma significação “estrutural”, linguística. Mas o provérbio serve para construir para ela um novo sentido (falaremos de “sentido proverbial”), fundamentando-se na significação estrutural.

4.2 A teoria dos blocos semânticos

Para prosseguir em nossa descrição, isto é, para exibir a significação estrutural depois o sentido proverbial de *ter a vida cor de rosa*, teremos agora necessidade de um vocabulário técnico. Utilizaremos, para fazer isso, a “teoria dos blocos semânticos” (TBS), tal como é exposta em M. Carel e O. Ducrot (1999). Apresentemo-la rapidamente.

Inscrevendo-se no quadro muito geral da “teoria da argumentação na língua”, a TBS descreve as palavras, os grupos de palavras, os enunciados, pelos discursos argumentativos que eles evocam. Ela admite assim que a própria língua *associa*, por exemplo, o emprego da palavra *prudente* e o discurso *quando se é prudente, não se tem acidente*. Esse elo não seria um fato cultural segundo: não se trataria de observar que, para os franceses, o significado extralinguístico de *prudente* está relacionado ao significado extralinguístico de *não ter acidentes*. Ao contrário, o discurso *quando se é prudente, não se tem acidente* seria marcado diretamente, por inteiro, na própria definição de *prudente* – independentemente da eventual capacidade desse termo de fazer referência a um Universal. Ele faria parte da significação da palavra *prudente* que ela tem relação privilegiada com o discurso *quando se é prudente, não se tem acidente* – e alguns outros discursos, ou análogos, como *até mesmo quando se é prudente, pode-se ter acidente*, ou muito diferentes, como *se há perigo, ele tomará precauções*. É o que a TBS resume dizendo que a palavra *prudente* “evoca” *quando se é prudente, não se tem acidentes* – e alguns outros discursos.

O que caracteriza a TBS, em relação a outras versões técnicas da “teoria da argumentação na língua” (pensamos principalmente na “teoria dos *topoi*”) é a natureza dos discursos argumentativos que podem ser evocados.

De um lado, esses discursos argumentativos poderão comportar uma partícula consecutiva como *pois, se, porque*. Mas eles poderão também comportar uma partícula opositiva como *no en-*

tanto, até mesmo se, ou ainda embora. A palavra *temerário* será descrita como evocando discursos semelhantes a *se alguma coisa é perigosa, ele a faz*; enquanto a palavra *corajoso* será descrita como evocando discursos semelhantes a *até mesmo se alguma coisa é perigosa, ela a faz*.

Por outro lado, os discursos argumentativos poderão, ou não, conter a expressão que os evoca. Assim, a palavra *corajoso* evoca *ele é corajoso, tu podes contar com ele* (no qual aparece a palavra *corajoso*). Mas ele evoca também, acabamos de vê-lo, *até mesmo se há perigo, ele o fará* (no qual a palavra *corajoso* não aparece).

A TBS é assim menos restritiva do que outras versões técnicas da “teoria da argumentação na língua” já que os discursos para os quais as descrições podem apelar são mais numerosos. É essa teoria que vamos utilizar para descrever o provérbio das rosas, de modo a explicitar o que nos interessa aqui: o fato de que o provérbio *não há rosa sem espinho* constrói um sentido proverbial de *ter a vida cor de rosa* no cruzamento das significações estruturais de *não ter a vida cor de rosa* e de *ter a vida cor de rosa*.

4.3 “Significação estrutural” de *não ter a vida cor de rosa*

Começamos pela significação estrutural de *não ter a vida cor de rosa*. Quais encadeamentos a língua associa a essa expressão? Vamos nos interessar apenas por alguns dentre eles.

A negação forte *não ter a vida cor de rosa*, no sentido de *ter a vida não-cor de rosa*, evoca encadeamentos como *é penoso, no entanto lhe acontece*, ou ainda *embora ele tenha feito de tudo para evitá-lo, isso não lhe foi poupado*. Vamos reagrupá-los todos em um conjunto que designaremos *recusar PT ter*. Falaremos do *aspecto recusar PT ter*. Sua designação, *recusar PT ter*, tem uma estrutura complexa para lembrar a estrutura de superfície dos encadeamentos reagrupados. Por exemplo, o signo PT, abreviação de “POURTANT” (no entanto), marca que os dois segmentos dos encadeamentos são sempre ligados por um conector opositivo, como *no entanto, apesar de que* ou ainda *até mesmo se*.

Isso tendo sido colocado, há, para nós, uma ligação a fazer entre a expressão *não ter a vida cor de rosa* e palavras como *recusar*. É o que nos parece manifestar o diálogo, bem parisiense:

A: O Pierre, ele não tem mesmo a vida cor de rosa. Ver-se agora enviado para o interior, é de fato penoso.

B: Sabe, o interior, ele nasceu lá, então isso não o incomoda.

B opõe-se a A. Como? B não nega de fato que ir viver no interior seja penoso. Ele nega simplesmente que Pierre recuse a ir para o interior, e isso basta para que ele consiga se opor a *Pierre não tem uma vida cor de rosa*. A expressão *não ter a vida cor de rosa* significa, portanto, *ter*, ou antes, suportar, *o que se recusa* – e não simplesmente suportar *alguma coisa desagradável*.

Paralelamente, diremos que *não ter a vida cor de rosa* evoca também encadeamentos como *ele o desejava, no entanto, ele não teve*, que agruparemos no aspecto *desejar PT NEG ter*. É desta vez o que nos parece manifestar o diálogo seguinte, entre dois adolescentes:

A: - Tu sabes, Pierre, ele não teve uma vida cor de rosa. Por exemplo, ele não foi eleito representante da aula.

B: - Não creio que isso lhe importava.

Aqui, B se opõe à idéia de que Pierre tenha desejado ser eleito representante, e a ausência desse desejo basta de novo para se opor à afirmação de A, *Pierre não tem uma vida cor de rosa*. Resumiremos isso dizendo que:

não ter a vida cor de rosa exprime estruturalmente:
desejar PT NEG ter
recusar PT ter

4.4 “Significação estrutural” de *ter a vida cor de rosa*

O grupo verbal *ter a vida cor de rosa* é um pouco mais difícil de estudar, por causa dessa tendência que ele parece ter, como, por exemplo, *levantar o dedinho*, ou ainda *ir direto ao ponto*, de só aparecer em um contexto negativo (ou interrogativo).

Serão por nós relacionados a eles os dois aspectos seguintes:

ter a vida cor de rosa exprime estruturalmente
desejar DC ter
recusar DC NEG ter

O primeiro desses aspectos agrupa encadeamentos como *ele desejava, portanto ele obteve*, ou ainda *se ele desejar, isso lhe será dado*. Sua designação comporta DC, abreviação de “DONC” (portanto), para marcar que os encadeamentos agrupados comportam conectores consecutivos como *portanto, porque*, ou ainda *se*.

Relacionando *desejar DC ter* à significação de *ter a vida cor de rosa*, procuramos dar conta do elo que essa expressão mantém com

* Agradecemos Sonia Branca-Rosoff por essa observação.

o verbo *querer* ou *desejar*, como nos parece manifestá-lo a discussão seguinte, relativa à felicidade de possuir:

A – Olha, Pierre herdou uma casa. Será que, com isso ela tem a vida cor de rosa?

B: – Acho que sim.

A: – Não, estás vendo, porque, essa casa, ele não precisava dela.

De fato, a resposta de B é um modo de afirmar o conteúdo de Pierre tem a vida cor de rosa. Ora, A se opõe a B, negando simplesmente que Pierre tenha desejado a aquisição em questão. Eis por que dizemos que *ter a vida cor de rosa é o que se deseja* – e não simplesmente *ter alguma coisa boa*.

Paralelamente, relacionamos recusar DC NEG ter a ter a vida cor de rosa para marcar que ele evoca também encadeamentos como *ele recusava que isso acontecesse, portanto, isso lhe foi evitado*. É desta vez o que nos parece manifestar o diálogo seguinte:

A: – Se Pierre tivesse a vida cor de rosa, o serviço militar lhe teria sido poupado por um meio ou por outro.

B: – Isso, sabe, não prova nada porque ele estava prestes a fazê-lo.

Aqui, B se opõe à idéia de que Pierre tenha recusado fazer o serviço militar, e isso basta para romper o elo que A instaura entre *Pierre tem a vida cor de rosa e o exército lhe foi poupado*. O que explicamos pelo fato de que haveria, na própria significação de *ter a vida cor de rosa*, a idéia que se evita, então, não somente o que é desagradável, mas o que se recusava.

Em resumo, a significação de *ter a vida cor de rosa*¹⁰ é, pois, totalmente positiva, como nos parece totalmente positiva a significação estrutural da própria palavra *rosa* – quer se trate de nome ou de adjetivo. Objetar-nos-ão talvez que a noção de “espinho” é um traço essencial à significação do nome *rosa*; e que deve, portanto, haver algum traço “desagradável” na significação do nome *rosa* –

¹⁰ Ter-se-á notado a semelhança dos aspectos que descrevem *ter a vida cor de rosa* e aspectos que descrevem *não ter a vida cor de rosa*: a cada vez, a expressão que precede o conector é mantida, o conector é trocado (PT cede lugar a DC), e a Segunda expressão é negada. Isso é, de fato, um fenômeno geral – contanto que a expressão não seja “paradoxal”: *ser corajoso* é associado a *perigo* PT faz; sua negação *não ser corajoso* exprimiria *perigo* DC NEG faz. Essa regularidade na passagem à negação é uma das propriedades que deve ter uma descrição lexical para ser julgada satisfatória – cf. Ducrot (2001, p. 25). Esse critério conduz, por exemplo, a rejeitar a hipótese de que NEG dificuldade DC alegria seja expressa por *ter a vida cor de rosa* porque, verdadeiramente, *não ter a vida cor de rosa* não exprime NEG dificuldade PT NEG alegria. Inversamente, esse mesmo critério justifica aqui nossa descrição.

ou pelo menos derivável da significação do nome *rosa*. Responderemos que se esse fosse o caso, se a expressão *rosa* da língua possuísse o traço “espinho”, deveria ser possível dizer *cuidado, são rosas!* para advertir alguém do risco que ele corre de ser picado. O que parece não ser o caso. É, de fato, uma palavra como *cactos* que seria intrinsecamente ligado à palavra *espinho*: teria sentido dizer *cuidado, são cactos!* A palavra *rosa*, entretanto, e conseqüentemente a expressão *ter a vida cor de rosa*, está associada a um prazer completo. É isso que permite o verso de Ronsard *Colha desde já as rosas da vida*, e é isso que permite ainda o provérbio: não se poderia substituí-lo por *não há cactos sem espinhos*.

4.5 O sentido proverbial de ter a vida cor de rosa é determinado pela frase proverbializada e as significações estruturais de rosa e de espinho

É no cruzamento de *não ter a vida cor de rosa* e *ter a vida cor de rosa* que se situa, já o dissemos, o predicado proverbial *não há rosa sem espinho*. Mais precisamente, as significações estruturais de *não ter a vida cor de rosa* e de *ter a vida cor de rosa* são “misturadas” e é esse misto que significa o predicado proverbial.

Mais precisamente, duas misturas são tecnicamente possíveis. Trata-se de:

desejar DC ter
recusar PT ter

e de:

recusar DC NEG ter
desejar PT Neg ter

Intuitivamente, é o primeiro desses agrupamentos que o predicado proverbial exprime: segundo o provérbio *ter a vida cor de rosa é obter o que se deseja e suportar o que se queria evitar*. O segundo agrupamento corresponderia ao que exprimiria *as flores sem espinho não têm perfume*, ou ainda *não há felicidade sem espinho que ao mesmo tempo traga prazer*.

O que defendemos agora é que esse sentido proverbial de *ter a vida cor de rosa* é determinado pela estrutura lingüística da frase proverbializada. Ele é “motivado”, como diziam I. Tamba ou S. Gomez-Jordana. Mas em um sentido mais forte ainda do que sustentam esses autores. Ele é determinado pela frase proverbializada.

Confessemos imediatamente, um cálculo perfeito do sentido proverbial está ainda fora de nosso alcance: seria necessário para

isso fazer um estudo semântico completo de *sem*, ou pelo menos comparar o provérbio das rosas ao não menos célebre *não há fumaça sem fogo*.

Um primeiro cálculo nos parece mesmo assim apresentável:

Primeira etapa:

A significação estrutural de *ter a vida cor de rosa* é constituída de dois aspectos:

rosa1	desejar DC ter
	recusar DC NEG ter

Um pouco brutalmente, diremos que se trata aí de um primeiro sentido de *rosa*, que anotamos como *rosa1*.

Segunda etapa:

Segundo o provérbio, essa interpretação semântica de *ter a vida cor de rosa* faz dele uma paráfrase de *não há rosa sem espinho*. Dito de outro modo, o que era o sentido de *rosa* torna-se o sentido de *rosa sem espinho*. Um *rosa2* é então suposto, tal que é preciso acrescentar-lhe *sem espinhos* para construir um sintagma correspondente ao sentido de *rosa1*:

<i>Rosa2 sem espinhos</i>	desejar DC ter
	recusar DC NEG ter

Terceira etapa:

Enfim, negando *rosas sem espinhos*, o provérbio anula a ação de *sem espinhos* em *rosa2* e atribui a *ter a vida cor de rosa* o sentido proverbial *rosa2*, a saber:

rosa2	desejar DC ter
	recusar PT ter

Resta mostrar que a ação de *sem espinhos* sobre esse *rosa2* tem efetivamente por resultado *rosa2 sem espinhos*. O cálculo seria o seguinte. A própria palavra *espinho* exprime, e exprime somente:¹¹

espinho	recusar PT ter
---------	----------------

A expressão *sem espinhos* seleciona então, entre os dois aspectos de *rosa2*, o aspecto que significa *espinho*, a saber o segundo, e o transforma, pelo fato da negação expressa por *sem*, em *recusar DC NEG ter*. Trata-se aí da ação habitual das negações (ver nota 15). O outro aspecto de *rosa2*, o primeiro, é deixado intocado: *sem espinhos*

¹¹ É esse aspecto que é mobilizado pela expressão *estar numa situação espinhosa*, que aponta dificuldades, mas deixa aberta a possibilidade de que sejam realizados certos desejos. Contrariamente a *não ter a vida cor de rosa*, o grupo verbal *estar numa situação espinhosa* não exprime *desejar PT NEG ter*. Essa seria uma das razões pelas quais "estar em uma situação espinhosa" é menos dramático do que "não ter a vida cor de rosa".

é uma negação parcial de *rosa2*. O resultado é bem o que se esperava:

<i>Rosa2 sem espinho</i>	desejar DC ter	(herança de <i>rosa2</i>)
	recusar DC NEG ter	(transformação do 2º aspecto de <i>rosa2</i>)

Poder-se-ia conduzir de modo completamente paralelo a construção do predicado formular *não há felicidade sem espinho que traga prazer*.

É, portanto, graças às significações do grupo predicativo *ter a vida cor de rosa* e da frase proverbializada *não há rosa sem espinhos*, que o provérbio das rosas constrói um novo predicado *ter a vida cor de rosa*, cujo sentido é finalmente um misto das significações estruturais de *ter a vida cor de rosa* e *não ter a vida cor de rosa*. Suposto metafórico pela abordagem referencialista que atribui à frase proverbializada uma significação puramente botânica, o provérbio das rosas é, para nós, "literal". Essa divergência de apreciação é um novo exemplo da hipótese desenvolvida por Schulz (2002). Particularmente freqüente no quadro referencialista, o "sentimento" de metáfora depende da teoria semântica adotada e pode ir até se apagar em um quadro não-referencialista.

4.6 Dois exemplos de *ter a vida cor de rosa*

Apliquemos isso ao estudo do diálogo 1:

A – O novo trabalho de Pierre é bem pago, mas ele se aborrece um pouco.

B – Não há rosa sem espinho.

Nossa análise consiste em parafrasear a intervenção de B por *Pierre tem a vida cor de rosa*, no sentido proverbial de *ter a vida cor de rosa*. B poria em cena duas personagens, B1 e B2, segundo as quais:

B1 – Pierre desejava ser bem pago e isso lhe foi, portanto, concedido.

B2 – Pierre não queria se incomodar, no entanto, isso não lhe foi poupado.

É necessário precisar que os discursos de B1 e de B2 não estão colocados no mesmo plano. Eles não são ditos do mesmo modo. Segundo B, como vimos, a situação de Pierre permanece boa: o aspecto *desejar DC ter* (aquele que provém da significação estrutural de *ter a vida cor de rosa*) triunfa. B tem, em relação ao discurso de B1, a atitude que A tem quanto a *Pierre se aborrece um pouco*, ou ainda, a atitude que o locutor de *Pierre parou de fumar* em *Pierre não*

fuma. O que resumiremos dizendo que B se identifica com B1. Em compensação, B se contenta com dar seu acordo a B2, assim como A se contenta com dar seu acordo a o novo trabalho de Pierre é bem pago, como o locutor de *Pedro parou de fumar* se contenta com dar seu acordo a *Pedro fumava*. O emprego por B do provérbio das rosas poderia ser parafraseado por *contra sua vontade, Pierre se aborrece um pouco mas, de acordo com o que ele desejava, ele é bem pago*. B inverte o mas de A.

Um último exemplo, o diálogo:

C – *Pierre está encantado: o novo trabalho que lhe foi proposto é sensacional.*

D – *Ele deveria desconfiar, mesmo assim: não há rosa sem espinho.*

Esse emprego do provérbio das rosas pode parecer pôr em dificuldade nossa descrição porque, tanto quanto B respondia à narrativa de uma decepção e procurava valorizar a situação de Pierre, D responde à narrativa de um triunfo e procura conter o entusiasmo de Pierre. Explicaremos isso lembrando que, para nós, o predicado proverbial *ter a vida cor de rosa* tem em seu sentido, não somente uma parte da significação estrutural de *ter a vida cor de rosa*, mas também uma parte da de *não ter a vida cor de rosa*. Em consequência, aplicando o predicado proverbial *ter a vida cor de rosa* a Pierre, D põe em cena, não somente D1, mas também D2:

D1 – *Pierre desejava um trabalho sensacional e isso lhe foi, portanto, concedido.*

D2 – *Pierre não deseja nenhum desagrado, no entanto, alguns são possíveis.*

E D pode identificar-se com D2. Contrariamente ao que se passava quando do emprego do provérbio por B, é aqui o aspecto recusar PT *ter* que triunfa, isto é, o aspecto que provém da significação estrutural de *não ter a vida cor de rosa*. O emprego que D faz do provérbio é sinônimo de: *foi proposto a Pierre um trabalho conforme ao que ele desejava, mas, contrariamente a seu desejo, alguns desagrados permanecem possíveis*. Retomando-se a comparação com a presuposição, seria necessário dizer que o sentido proverbial construído exprime sempre os mesmos aspectos, um posto, o outro presuposto, mas que o locutor pode escolher o aspecto que ele vai considerar posto e o que ele vai pressupor. É desse ponto de vista que B e D fazem escolhas contrárias.

Assim, o provérbio *não há rosa sem espinho* construiria um novo predicado *ter a vida cor de rosa*, combinando a significação estrutural de *ter a vida cor de rosa* e a significação estrutural de *não ter a*

vida cor de rosa. Empregar esse provérbio seria atribuir esse novo predicado. Mas seria também escolher uma atitude em relação a cada um dos discursos evocados. Seria deixada uma liberdade quanto à supremacia a dar a um ou a outro. Dizer o provérbio das rosas seria também escolher o modo de dizê-lo.

Conclusão

O eventual gênero discursivo que constituiriam os provérbios não pode, portanto, ser definido, a nosso ver, pelas características semântico-lingüísticas que são a genericidade e a implicatividade. Essa caracterização significaria, de fato, que todo provérbio é relativo a um Universal (genericidade), depois dito desse Universal que ele implica fortemente outro (implicatividade). Ora, podendo-se admitir que *o dinheiro não traz felicidade* é relativo ao Universal Rico, não é dito desse Universal que ele implica fortemente o Universal não-Felicidade. Ao contrário, ele se opõe a isso e seria necessário, portanto, alargar a caracterização dos provérbios dizendo que, genéricos, eles são então, ou implicativos, ou opositivos. Entretanto, como vimos, essa simples medida não parece suficiente porque *não há rosa sem espinho* não é, para nós, relativo a nenhum Universal: ele não é “genérico” – no sentido que foi dado aqui a esse termo.

Talvez os provérbios constituam, entretanto, um gênero discursivo. Simplesmente, a caracterização desse gênero seria de ordem, não lingüística, mas antes social; ou pelo menos, as características lingüísticas dos provérbios não seriam, propriamente falando, semânticas (elas seriam antes polifônicas ou prosódicas); ou ainda, elas seriam semânticas, mas de ordem diferente. Não estamos em condições de escolher entre essas possibilidades, não fizemos mais do que rejeitar uma delas. Talvez mesmo seja legítimo, como pelo consenso atual, aproximar os provérbios de qualquer frase geral, por exemplo, *o homem é um mosquito*, ou até mesmo *os castores são sinistros*: só que, essa generalidade comum, que permitiria caracterizar semanticamente os provérbios, não seria a “genericidade” de que se tratou aqui. O que seria necessário abandonar é o quadro referencialista, ou mais precisamente Realista, com o qual está relacionada essa noção de “genericidade”.

Porque foi exatamente de Realismo que se tratou aqui. Os enunciados *os tigres estão em vias de extinção* e *os tigres fizeram seu número antes dos elefantes* foram opostos pela natureza, Universal ou Individual, do ser dos quais eles fariam. O que supõe fazer corresponder às palavras seres do mundo – aí está o referencialismo.

Mas há mais, as divergências lingüísticas seriam o exato reflexo de divergências "mundanas"- o que recusaria um referencialista nominalista como Occam (*Somme de logique*, I, 64), para quem *o homem é uma espécie* e *o homem corre* se distinguem, não pela natureza do referente, mas pelo elo que esse referente mantém com a **palavra homem**.

Fomos, quanto a nós, mais longe e propusemos dizer que alguns desses discursos são o lugar da própria definição dos termos que empregam. Assim, graças à significação lingüística (e não metafórica) de *ter a vida cor de rosa*, o provérbio *não há rosa sem espinho* redefiniria ele mesmo essa expressão antes de aplicá-la à situação em questão. Ele seria o lugar de um debate, concernente não tanto às coisas quanto às palavras.

Em síntese, não teríamos terminado com a Querela dos Universais.

Referências

- ANSCOMBRE, J.-C. (1989) – Théorie de l'argumentation, topoi, et structuration discursive. *Revue québécoise*, 18, 1, p. 13-56.
- . (1994). Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative. *Langue française*, n. 102, p.95-107.
- ARISTOTE. *De l'interprétation*. Tradução de J. Tricot. Paris: Vrin.
- . *Topiques*. Tradução de J. Brunschwig. Paris: Les Belles Lettres.
- BERRENDONNER, A. (1992). Types. In CAREL, M. *Les facettes du dire*; hommage à Oswald Ducrot. Paris: Kimé, p. 39-53.
- CAREL, M., DUCROT, O. (1999). Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue française*, n. 123, p. 6-26.
- CADIOT, P., NEMO, F. (1997). Pour une sémiogenèse du nom. *Langue française* n. 113, p. 24-34.
- DUCROT, O. (2001) Critères argumentatifs et analyse lexicale. *Langages*, n. 142, p. 18-40.
- GOMEZ-JORDANA, S (2002). Le proverbe: un cas de délocutivité formulaire. *Actas del V Congreso Internacional de Lingüística Francesa*. Universidad de Lérida.
- KLEIBER, G. (1989a). Sur la définition du proverbe. Retomado em 1994 em *Nominales*. Paris: Armand Colin.
- . (1989b). Généricité et typicalité. *Le français moderne*, n. 157, p. 127-153.
- . (2000). Sur le sens des proverbes. *Langages*, n. 139, p. 39-58.

LIBERA, A. (1996). *La querelle des Universaux*. Paris: Seuil, collection Des Travaux.

MICHAUX, C. (2000) – De la difficulté de mettre tous les proverbes dans le même panier. *Actes du XXIIIe. Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Niemeyer.

OCCAM, G. *Somme de logique*, parte 1, tradução de J. Biard, T.E.R.

PERRIN, L. (2000). Remarques sur la dimension générique et sur la dimension dénomminative des proverbes. *Langages*, n. 139, p. 69-80.

PORPHYRE. *Isagoge*, tradução de Libera e Seghonds. Paris: Vrin.

RIEGEL, M. (1987). Qui dort dîne ou le pivot implicatif dans les énoncés parémiques. In RIEGEL, M., TAMBA, I. (orgs.). *L'implication dans les langues naturelles et les langages artificiels*. Paris: Kincksieck, p. 85-99.

SCHULZ, P. (2002). Le caractère relatif de la métaphore. *Langue française*, n. 134, p. 21-37.

TAMBA, I. (2000a.). Formules et dire proverbial. *Langages* n. 139, p. 110-118.

———. (2000b). Le sens métaphorique argumentatif des proverbes. *Cahiers de praxématique*, n. 35, p. 39-57.